

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO N.º , DE 2012 (Do Senhor Arnaldo Jardim)

Requer a criação, no âmbito desta Comissão, de uma Subcomissão Especial para discutir e propor as políticas públicas necessárias para a implementação de um modelo de Construção Sustentável no Brasil.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de uma Subcomissão Especial para debater a implementação do modelo de Construção Sustentável no Brasil e as políticas públicas necessárias para a sua efetiva implementação.

Justificativa

Em apenas uma década, o Brasil saltou de uma população de 169 milhões para mais de 190 milhões - um acréscimo de 20.933.524 pessoas, sendo que 84% desse total residem nas áreas urbanas. Esse expressivo aumento populacional impõe grandes desafios ao Estado, entre os quais podemos destacar o atendimento à demanda por habitação. Estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas sobre o déficit habitacional brasileiro indicam que, até 2009, o país necessitava de 5,81 milhões de moradias e para o período entre 2010 e 2022 seria necessário a construção de 23,49 milhões de novas unidades. A situação é resultado da deficiência histórica de investimentos.

Entretanto, atender essa demanda não é o único desafio da indústria da construção civil. As mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais exigem novas fórmulas de organização empresarial – um modelo centrado no desenvolvimento humano, na inovação tecnológica e no uso e reuso equilibrado dos recursos disponíveis, como também da reciclagem. Tal modelo exige mudanças em termos de regulamentação, mercado, precificação de produtos e insumos e mensuração de lucros e prejuízos.

Assim, é necessário que as empresas repensem seus produtos, suas relações, serviços e estratégias, a partir das dimensões ambiental, social e econômica, discutindo, sob nova ótica, os temas prioritários associados à construção: água, desenvolvimento humano, energia, materiais e sistemas, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento urbano, mudanças climáticas e resíduos.

Devem também combater e erradicar a ilegalidade e a informalidade na cadeia produtiva da construção, bem como atuarem de forma segura, eficiente e responsável junto a todos os seus públicos de interesse e ao meio ambiente, cumprindo a legislação e, voluntariamente, excedendo suas obrigações naquilo que seja relevante para o bem estar da sociedade, ou seja, adotando um modelo de construção sustentável.

A implementação desse novo modelo demanda, entretanto, uma série de políticas governamentais que possam tornar sustentável esse movimento. Dessa forma, requeiro a criação de uma subcomissão para discutir o novo modelo de construção que deve ser adotado, bem como as políticas públicas necessárias para a sua efetivação.

Sala das Sessões, de março de 2012

Deputado Federal Arnaldo Jardim

PPS - SP